

**CRÓNICA 90. 16 ANOS DEPOIS RECORDANDO A PRIMEIRA
VISITA AO BRASIL, 31 DEZEMBRO 2010**
90.1. RIO A PRIMEIRA VISITA NOVEMBRO 1994 –

Há pouco visitei Sevilha, uma das minhas cidades favoritas. Fui lá, várias vezes em poucos anos. Das últimas vezes – a partir de 1996 - em conferências de tradução com a minha atual mulher.

Antes, porém, partira para ver a Expo 92.

Lá encontrara, sem saber da presença deles ali, o meu ex-sogro e um filho que vieram da Austrália ver a Expo. Sevilha fervilhava de gente e de calor.

Durante os três dias a temperatura oscilou entre 43° e 49 °C. De noite não baixava dos 40 °C. Isto excedia os 43 °C de que se não esquecera em Perth, quando o MGB da minha ex-cunhada se recusara a subir num parque de estacionamento parando o trânsito das redondezas....

Assisti em Sevilha a um concerto inesquecível do Rui Veloso enquanto a minha filha se deliciava a cantarolar as músicas dele, sempre metida na água.

Dois anos depois, a 9 de outubro 1994 arranquei para Sevilha para uma conferência de literatura. Enganei-me na data. Cheguei um dia antes do previsto.

Passei o dia ao ar livre no bar El Cordobés (Bar Mesquita), propriedade de António e Mercedes, aberto desde manhã cedo até à meia-noite. Era barato, com uma esplanada agradável no meio do calor, protegido por uma ou outra árvore. Muito frequentado por turistas era um espaço típico andaluz, e ficava bem perto do hotel Murillo Sevilla.

Também se podia comer dentro de portas, mas o serviço não era bom. Aconselho ao ar livre. Tinha cozinha tradicional sevilhana como paella, rabo de toro, um bom Gaspacho, Ensalada Tropicana (com frutos); pechuga de pollo plancha (peito de frango grelhado); gambas al ajillo (gambas com alho e azeite); revueltos con asparagus (ovos mexidos com espargos e camarão, além do zumo de naranja natural (sumo fresco de laranja) e dez combinados que experimentaria nos dias seguintes. A rua ficava na direção da Menendez Pelayo,

Enquanto lia e fazia as minhas observações da população que me rodeava, como, aliás, sempre faço quando estou em qualquer lugar público, ia anotando mentalmente cenas que me poderiam servir para mais tarde escrever sobre elas.

Não pude deixar de notar a falta de à-vontade, mesmo ao meu lado, de duas pessoas de etnia chinesa que não se conseguiam fazer entender para pedirem comida. Tentei ajudar pensando que as mulheres, uma jovem e outra velha, fossem de Hong Kong. Eram de Jacarta.

Não pude resistir a chateá-las por causa de Timor-Leste e da ocupação genocida da Indonésia. Desculpavam-se dizendo que estavam a fazer turismo.

Não percebiam de política, alegaram com maus modos e, mal acabaram de comer saíram. Nem agradeceram a ajuda sem a qual nem sequer teriam conseguido comer. Para a próxima deixá-las-ia morrer à fome em vez de as ajudar.

Quanto ao Congresso, que para isso pedi o visto no Consulado de Espanha na Rua de D. João IV no Porto, fui à sessão de abertura e à de fecho buscar o diploma. Era um mero presencial incluído na delegação brasileira para este congresso duma semana. Acabei por vir acompanhado duma colega sul-americana que ficara umas semanas no Porto usufruindo da minha hospitalidade.

Ela regressara ao Brasil um mês depois a 20 novembro 1994 e eu, aproveitando o facto de estar em férias, seguira-a para conferências no Rio e em Belo Horizonte.

Fui a uma agência de viagens na Baixa do Porto e pedi bilhete para o próximo voo, mas acabei por só embarcar dois dias mais tarde em novo voo direto para o aeroporto de Congonhas, na minha primeira visita a este continente.

Por falar na América do Sul... A minha avó materna carioca, natural da freguesia da Senhora da Conceição no Rio de Janeiro, nunca perdera o sotaque nem o modo de falar brasileiro que botava no seu discurso quotidiano e com as quais brunia a sua existência apagada.

Recordo que, numa fase da minha vida adolescente tentei adquirir a nacionalidade brasileira, tão desgostado estava já com o rumo da nação e da guerra colonial portuguesa. O Brasil, da imensidão sem fronteiras, sempre me atraía. Locais e países pequenos constrangiam-me.

Aterrei no Rio de Janeiro a tempo de ir ao encerramento dum outro congresso que terminava nesse dia. Passei três dias no calor sufocante do Rio em casa duma colega catedrática da UFRJ. Ofereceu-me alojamento e emprestou-me o carro para ver a cidade.

Na Ópera (réplica da de Paris, inaugurada em 1909) atualmente denominada Theatro Municipal, avisou-me para dar 5 reais ao arrumador para não danificarem o carro. Fiquei chocado. O real estava em paridade com o dólar americano. 5 Dólares era muito dinheiro. Cumpri as instruções. Nada aconteceu ao carro enquanto passeamos naquela zona da baixa do Rio.



Ali se localiza esse outro monumento histórico e cultural que é o Real Gabinete Português de Leitura. Pelo seu prestígio nos meios intelectuais, pela beleza arquitetónica do edifício da sua sede, pela importância do acervo bibliográfico e pelas atividades que desenvolve, o Real Gabinete Português de Leitura é uma instituição notável que dignifica Portugal no Brasil.

Em 14 de maio de 1837, um grupo de 43 emigrantes portugueses do Rio - 15 anos depois da Independência - reuniu-se na casa do Dr. António José Coelho Lousada, e resolveu criar uma biblioteca para ampliar os conhecimentos de seus sócios e dar oportunidade aos portugueses residentes na capital do Império de ilustrar o seu espírito.

Entre esses homens, maioria comerciantes, estavam alguns, perseguidos em Portugal pelo absolutismo, que tinham emigrado para o Brasil. Era o caso de José Marcelino Rocha Cabral, advogado e jornalista, primeiro presidente da instituição. É possível que ao quererem incutir em muitos o gosto pela leitura, os fundadores do "Gabinete" tenham sido inspirados pelo exemplo vindo da França, onde, a seguir à revolução de 1789, começaram a aparecer as chamadas "boutiques à lire", lojas onde se emprestavam livros, por prazo certo, mediante o pagamento de uma determinada quantia.

Os "gabinetes de leitura" criados no Brasil pelos portugueses - o do Rio de Janeiro, e mais tarde os do Recife (em 1850) e o de Salvador (em 1863) - diferenciam-se por uma característica: não se fazia qualquer pagamento pelo livro. O sócio consultava-o na biblioteca ou levava-o para casa, sem qualquer encargo. Nos primeiros anos, as diretorias passaram a adquirir milhares de obras raras, dos séculos XVI e XVII - um exemplar da edição "Príncipeps" de Os Lusíadas; as Ordenações de D. Manuel, de Jacob Cromberger 1521, e os Capítulos de Cortes e Leys que sobre alguns delles fizeram, publicadas em 1539. Em 1872 a biblioteca já possuía 20.471 obras e 44.917 volumes.

Os dirigentes pensaram construir uma sede maior condizente com a importância da instituição. As comemorações do tricentenário da morte de Camões (1880) foram o pretexto para motivar a "colónia" portuguesa.

Portugal atravessava crises medonhas: défices da Corte e a ameaça das grandes potências às colónias da África; as mazelas de uma sociedade que não reagia às críticas e farpas dos "vencidos da vida"; os "escândalos do tabaco" e as lutas dos partidos; os "cortejos do bacalhau" na "baixa" lisboeta para depreciar a Epopeia quinhentista; a falta de interesse pelas ideias novas da Europa, a apatia do zé-povinho retratado nas caricaturas mordazes de Bordalo Pinheiro.

Uma plêiade de portugueses do Rio de Janeiro, de grande prestígio, como Eduardo Rodrigues Cardoso Lemos, José Vasco Ramalho Ortigão, Visconde de Morais e outros, resolve fazer da participação da "colônia" nas celebrações camonianas um contraponto às disputas e à mesquinhez de além-mar.

Se em Portugal muitos procuravam ofuscar, no meio da dormência do país, a saga dos Descobrimentos e esquecer o poeta, no Brasil fazia-se o contrário: o "Gabinete" encomendava à casa Biel, no Porto, uma edição rica e ilustrada d'Os Lusíadas.

Mandava cunhar medalhas; organizava concertos e em 10 de junho de 1880, com a presença do imperador D. Pedro II, do ministro do Império Barão Homem de Mello e do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, é lançada a primeira pedra para a nova sede do Gabinete Português de Leitura.

Projeto do arquiteto português Rafael da Silva Castro, com seu traço neomanuelino a evocar a epopeia camoniana. O edifício, em pedra de lioz, com estátuas de Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Infante D. Henrique e Luís de Camões sobre as mísulas da fachada, foi inaugurado em 10 de setembro de 1887, com a presença da Princesa Isabel e do Conde D'Eu.

Os trabalhos de construção dirigidos pelo arquiteto Frederico José Branco e as pinturas e decorações em relevo a cargo do artista Frederico Steckel.

Ramalho Ortigão, pronunciou um discurso notável: "No dia em que tiver caído para o domínio intelectual do mundo a preponderância europeia - porque não há preponderâncias eternas e o movimento da civilização está destinado a oscilar como o movimento dos mares e a configuração dos continentes entre os dois hemisférios da terra - quando por meio dessa evolução se tenha deslocado a importância do domínio geográfico das linhas atuais, se esta casa existir ainda, ela mostrará aos nossos netos que homens de trabalho, alheios à intriga política do país e ao litígio do poder, ausentes de sua pátria, em um país remoto, previram na missão de sua raça o alcance da ciência e o alcance da arte, a qual, tendo por fim ressaltar os interesses da inteligência fazendo-os preponderar aos interesses da cobiça, da ambição e do egoísmo humano, é a origem da moral positiva assim como é a base do bom senso e o sustentáculo da moderação...". O escritor arrematou o seu discurso: "E se um dia o nome de Portugal houver de desaparecer da carta política da Europa, esta Casa será ainda como a expressão monumental do cumprimento da profecia posta por Garrett na boca de Camões: não se acabe a Língua, o nome português na terra".

No ano seguinte, extinta a escravidão e com o regresso de D. Pedro II da Europa, é instalada, a biblioteca do Gabinete Português de Leitura e entregue ao Imperador o diploma de Presidente Honorário. Outro escritor célebre, o brasileiro Joaquim Nabuco, proferiu uma oração admirável em louvor dos portugueses no Brasil. E depois de dizer que Portugal, para ele, "finha sete maravilhas como nenhuma outra nação possui e falo só do que vi: Os Lusíadas, a entrada do Tejo, a Torre de Belém, os Jerónimos, Sintra, o Vinho do Porto e a colônia portuguesa do Brasil".

Para mais adiante afirmar: "Deliberadamente vós, portugueses, construístes uma biblioteca, a mais grandiosa das edificações desse género na América, e a levantastes sob o duplo padroado de Luís de Camões e do Infante D. Henrique.

A alma deste edifício é assim, antes de tudo, a própria alma nacional. Estas pedras são estrofes d'Os Lusíadas. Elas deveriam ser condecoradas pela História com a Ordem de Avis".

Em 1900 o Gabinete Português de Leitura transforma-se em biblioteca pública - qualquer um pode ter acesso aos livros da sua biblioteca. Logo depois Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, ilustre intelectual brasileiro, é convidado pelo Presidente Ernesto Cibrão, para organizar um novo catálogo do acervo bibliográfico, que terminará em 1906.

Nesse ano o rei D. Carlos atribui o título de "Real" ao Gabinete.

No Salão dos Brasões, há uma grande exposição de pintura de José Malhoa, a cuja inauguração comparece o Presidente Rodrigues Alves.

No primeiro dia, dos 125 quadros foram vendidos 26, um deles, denominado "O sonho do Infante", foi adquirido para o Real Gabinete.

Figuram ainda retratos do rei e da rainha D. Amélia, encomendados ao pintor pela diretoria da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Casa de Socorros D. Pedro V, e que até hoje se encontram em sua sede.

Logo a seguir é instalada a Comissão encarregada da recepção a D. Carlos, que foi frustrada pelo regicídio. Dela faziam parte figuras eminentes da colônia, como o Conde de Avelar, o Visconde de S. João da Madeira, o Visconde de Morais, o Visconde de Agarez e tantos outros.

Muitos, como foi o caso do Comandante. José Moraes d'Abreu Júnior, de Domingos de Moura e Castro ou de Rita de Barros Ramalho Ortigão, abriram mão de créditos que tinham concedido ao Gabinete.

Era curioso ouvir as queixas, em pleno crepúsculo da monarquia, a respeito da indiferença dos governos e do seu interesse em aproveitar-se da colônia portuguesa do Brasil: "Nem a colônia portuguesa no Brasil tem escapado a essa tempestade assoladora, a esse tufão mal-intencionado, contristador de quem o contempla isento de paixões e estranho a esse desenrolar de pequeninas misérias sociais", dizia-se no "Livro de Ouro" daquela época.

E a seguir fazia-se uma referência ao que o país devia aos portugueses do Brasil.

Nas cidades, os melhores palácios a quem pertencem?

Quem mandou construir casas e pagar benfeitorias?

A quem pertencem os estabelecimentos fabris?

Quem manda abrir e reformar os caminhos nas províncias?

Quem paga os melhoramentos das igrejas, os paramentos e as alfaias?

Quem manda construir asilos, hospitais e escolas?

Quem subscreve as ações dos caminhos-de-ferro?

Quem acode às necessidades do Estado e compra metade dos títulos da dívida pública em circulação?

Quem? Os portugueses do Brasil.

Por isso, concluí o autor do desabafo: "magoou-nos profundamente a avalanche de ingratidão com que se procurou amesquinhar o valor desses compatriotas queridos..."

Registadas as mágoas e ressentimentos da colônia, em parte devidas aos confrontos que na época dividiam o país provocados pela campanha crescente do Partido Republicano e as convulsões da Monarquia, o Real Gabinete abre na década de (19)20 uma nova fase de sua existência.

Dois homens se destacam nesse período: Carlos Malheiro Dias, com seu labor intelectual, pesquisas históricas, influência na formulação de uma estrutura em que se vai manter o universo associativo de origem portuguesa no Brasil e que irá resultar na criação da Federação das Associações Portuguesas em 1931; o outro, Albino Sousa Cruz que passa a dedicar-se inteiramente e a ser o grande mecenas da instituição.

Para as comemorações do 1º centenário da Independência é constituída no Real Gabinete uma empresa com a finalidade de editar, em fascículos, a monumental História da Colonização Portuguesa do Brasil, sob a direção literária de Carlos Malheiro Dias, a direção artística de Roque Gameiro e cartográfica do Conselheiro Ernesto de Vasconcelos.

Na obra irão colaborar as figuras mais eminentes dos dois países nas artes, nas ciências e na literatura, de Luciano Pereira da Silva a Duarte Leite, de Júlio Dantas a Oliveira Lima, de Paulo Merea a Pedro Azevedo, de António Baião a Jaime Cortesão, de H. Lopes de Mendonça a E. M. Esteves Pereira, sem citarmos, o coordenador, - Carlos Malheiro Dias.

A História da Colonização Portuguesa foi editada pela Litografia Nacional do Porto, em fascículos, chegaram a atingir cerca de 20.000, com 12.000 distribuídos no Brasil e 8.000 em Portugal - um número impressionante para a época.

Em 1931 é realizado no Real Gabinete o 1º Congresso dos Portugueses do Brasil, quando se procura evitar, com a criação da Federação das Associações Portuguesas, as divisões no meio associativo e imprimir uma certa unidade aos movimentos da colônia.

O seu primeiro presidente vai ser Carlos Malheiro Dias, e mais 80 associações de todo o Brasil ficam integradas no organismo federativo que passa a ser o porta-voz das aspirações e anseios coletivos. Passa a comemorar-se na sede do Real Gabinete, todos os anos, o "Dia de Portugal". A solenidade, conta com a presença de oradores ilustres.

Em 15 de março de 1935, o governo português concede ao Real Gabinete o benefício de receber de todos os editores portugueses um exemplar das obras por eles impressas.

Esse estatuto permite uma atualização permanente da biblioteca em termos do que se edita em Portugal. Os mecenas tinham desaparecido e os legados e codicilos ao longo do tempo privilegiaram sempre as instituições assistenciais e religiosas - as Beneficências e as Caixas de Socorros Mútuas, as Casas de Portugal e as Obras de Assistência, as Irmandades e as Santas Casas. Os "Gabinetes de Leitura", os "Grémios" ou os "Liceus", esses nunca foram lembrados pela maioria dos benfeitores.

Apoiado no mecenato de Albino de Sousa Cruz e de mais alguns - Sousa Baptista, Conde Dias Garcia, Visconde de Morais, Garcia Saraiva, etc. -, a entidade, com o desaparecimento dessa geração, ficou em extrema penúria. As suas despesas eram rateadas pelas diretorias.

Só muito depois o governo português, no antigo regime, concedeu um subsídio de 50 contos de reis para amenizar a crise que ameaçava a instituição.

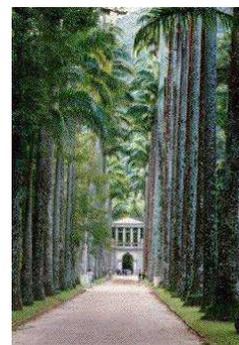
É de destacar a extraordinária ajuda recebida nos últimos anos da Fundação Calouste Gulbenkian, que deu os recursos necessários à aquisição e às obras do prédio contíguo ao Real Gabinete onde está o centro de multimédia.

Também o MNE (Ministério dos Negócios Estrangeiros) tem concedido uma permanente ajuda desde que, tanto no governo de Cavaco Silva como no de António Guterres, se reconheceu a importância da instituição para a difusão da cultura portuguesa no Brasil.

Outras entidades - da Biblioteca Nacional ao Instituto Camões, de empresas portuguesas aos donativos da comunidade, da Real Caixa de Socorros D. Pedro V ao Liceu Literário Português - têm vindo a permitir ao Real Gabinete desenvolver, atividades crescentes desde a edição semestral da revista *Convergência Lusíada*, distribuída gratuitamente por centenas de instituições e Universidades de todo o mundo, até à recuperação de obras raras danificadas pelo tempo...

Pena é que não seja mais conhecida a existência deste museu vivo da cultura.

À data não se sonhava ainda com o Museu da Língua Portuguesa em S. Paulo.



COPACABANA VISTA DA LAGOA



O JARDIM BOTÂNICO

LEBLON E COPACABANA

Vi ainda outros ex-líbris como a Assembleia Nacional e o Jardim Botânico.

Ao passar por Leblon não esqueci a célebre musiquinha pois ali ao lado havia centenas de "Garotas de Ipanema". Provei uma bebida de coco fresca maravilhosa, servida em meia casca do fruto, à sombra duma das palmeiras.

Numa fase mais turística, vi o Pão de Açúcar ao longe cheio de parapentes saltando dos vários morros, impressionantemente majestáticos quando olhados cá de baixo.

Fui ao Alto da Tijuca. Ali apreciei esse enorme parque, ou reserva natural, em pleno centro da cidade com onze milhões de habitantes (mais do que Portugal inteiro). Idílico. Havia uma magnífica cascata mesmo ao lado da estrada.

Ninguém diria que estava em pleno coração do Rio. A Cascatinha do Taunay deve o seu nome ao pintor francês Nicolas Antoine Taunay, membro da Missão Francesa, trazida ao Brasil por Dom João VI em 1816, que decidiu ali construir, a sua residência.

Aproveitei esta viagem, única e talvez irrepetível, para conhecer os primos direitos, filhos do irmão mais velho do meu pai, emigrado para o Brasil em 1920. Viviam cheios de dinheiro, mas enjaulados. Protegidos por sistemas de segurança incríveis em pleno coração de Botafogo, na casa que fora de seus pais e meus tios. Não fiquei muito convencido com a felicidade deles, mau grado seis carros na garagem e a casa suntuosa e rica. Tudo era falso. Um ar de museu sem vida. Uma exposição colocada na vitrina para espantar os burgueses. Sem alma. Ali tudo cirandava em torno do vil metal.

Olhavam perplexos para as preocupações etéreas e intelectuais deste primo do outro lado do mundo. Tentaram impressionar-me com o excesso de bens materiais levando-me ao late Clube do Rio de Janeiro, uma associação exclusiva só para ricos, mas nem a comida (a célebre feijoada) apreciei, embora as vistas fossem espetaculares. Era como se estes primos, subitamente tivessem deixado de fazer parte da família, ou apenas se limitassem a tentar reproduzir a riqueza familiar de que a minha avó paterna falava e que eu nunca conheci.

Uma das cidades mais bonitas do hemisfério, o Rio de Janeiro é frequentemente descrito como uma cidade sitiada.

O crime violento aumentou significativamente. O índice de homicídios triplicou nos últimos quinze anos, passando de 2826 (1980) para 8408 mortes (1994) e 8321 em 2002.

O primeiro semestre (2008) apresentou o menor número de vítimas de homicídios dolosos desde 1991, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP).

No primeiro semestre foram 2859 vítimas, contra 3135 no mesmo período em 2007.

Uma queda de 8,8% no número de homicídios dolosos.

Já os roubos a transeuntes aumentaram 17% de janeiro a junho (2008), em comparação com o primeiro semestre de 2007. 33300 roubos a transeuntes em 2008 contra 28453 no ano anterior.

Na comparação de junho de 2008 com idêntico período em 2007, o aumento foi de 9,2%: 5080 casos, em 2007 e 5548, em 2008.

A preocupação da população cresceu.

A imprensa, a sociedade civil e os políticos têm-se inquietado com a violência relacionada com as quadrilhas organizadas e o tráfico de drogas.

Infelizmente, os esforços para a aplicação da lei e combate ao crime contaram com numerosas e flagrantes violações de direitos humanos. Apesar das boas intenções, a polícia fluminense continua a ser violenta, corrupta e a cometer excessos.

A Human Rights Watch (América) documenta casos de brutalidade policial, incluindo dois massacres nos quais vinte e sete moradores de uma favela foram assassinados.

Também documenta as violações de direitos humanos ocorridos durante a maior campanha contra as quadrilhas de traficantes de drogas: a Operação Rio, entre novembro de 1994 e meados de 1995.

Foi nesta fase que vi o Rio.

O Brasil é uma rota cada vez mais importante para a cocaína produzida nos países andinos e destinada à Europa e aos Estados Unidos, assim como um importante mercado para o consumo. Grande parte do tráfico concentra-se no Rio de Janeiro, onde os níveis mais baixos da hierarquia são dominados por quadrilhas organizadas entrincheiradas nas favelas.

Conflitos violentos pelo controlo de territórios entre as quadrilhas são frequentes graças a um próspero comércio ilegal de armas.

Confrontos entre a polícia e os traficantes são muitas vezes marcados por tiroteios indiscriminados, que atingem transeuntes inocentes: habitantes das favelas, os favelados, mas também moradores de bairros de classe média e alta.

A crescente indignação da população contra a violência causada pelas quadrilhas de traficantes e por policiais e as manobras de candidatos ao governo do estado, levaram o governo federal a enviar tropas militares federais para auxiliar a polícia, no final de 1994.

Esse esforço conjunto, sem precedentes, entre militares e polícia, para erradicar as quadrilhas criminosas do Rio de Janeiro, a Operação Rio, realizou dezenas de operações, com a duração de vários dias, nas favelas do Rio e municípios vizinhos, incluindo a Baixada Fluminense e Niterói.

Nos primeiros dois meses e meio da Operação Rio os militares e a polícia prenderam 200 pessoas, detiveram quase 400, apreenderam 300 armas de fogo, 74 quilos de maconha e mais de sete quilos de cocaína. O tráfico de drogas nas favelas foi temporariamente interrompido.

Os traficantes retomaram seus negócios assim que as tropas se retiraram das favelas.

A Operação Rio foi marcada por torturas, prisões arbitrárias e buscas sem mandado judicial, além de casos de uso desnecessário de força letal.

Alguns abusos, tais como submeter bairros inteiros a buscas casa por casa, foram expressamente autorizados e inclusive exigidos pelos objetivos estratégicos da operação.

Outros, como as torturas, não foram abertamente incluídos no projeto da Operação Rio.

Não obstante, a incapacidade das autoridades civis e militares de responder rápida e decisivamente às denúncias de excessos no desenrolar da Operação Rio, as declarações no sentido de justificar os "excessos" cometidos durante a operação, e a ausência até agora de condenações por excessos praticados contra muitos favelados sugerem uma indiferença aterradora das autoridades brasileiras para com a violação dos direitos humanos. Sugerem, aquiescência tácita.

Durante a Operação, o Exército foi mobilizado para ajudar precisamente por causa da violência e corrupção notórias da polícia fluminense.

Infelizmente, a Operação Rio não incluiu medidas, nem do estado, nem das autoridades federais, para combater as violações aos direitos humanos cometidas pelos policiais.

Como consta do relatório, a polícia fluminense continua a violar direitos humanos fundamentais nas suas tarefas rotineiras de combate ao crime.

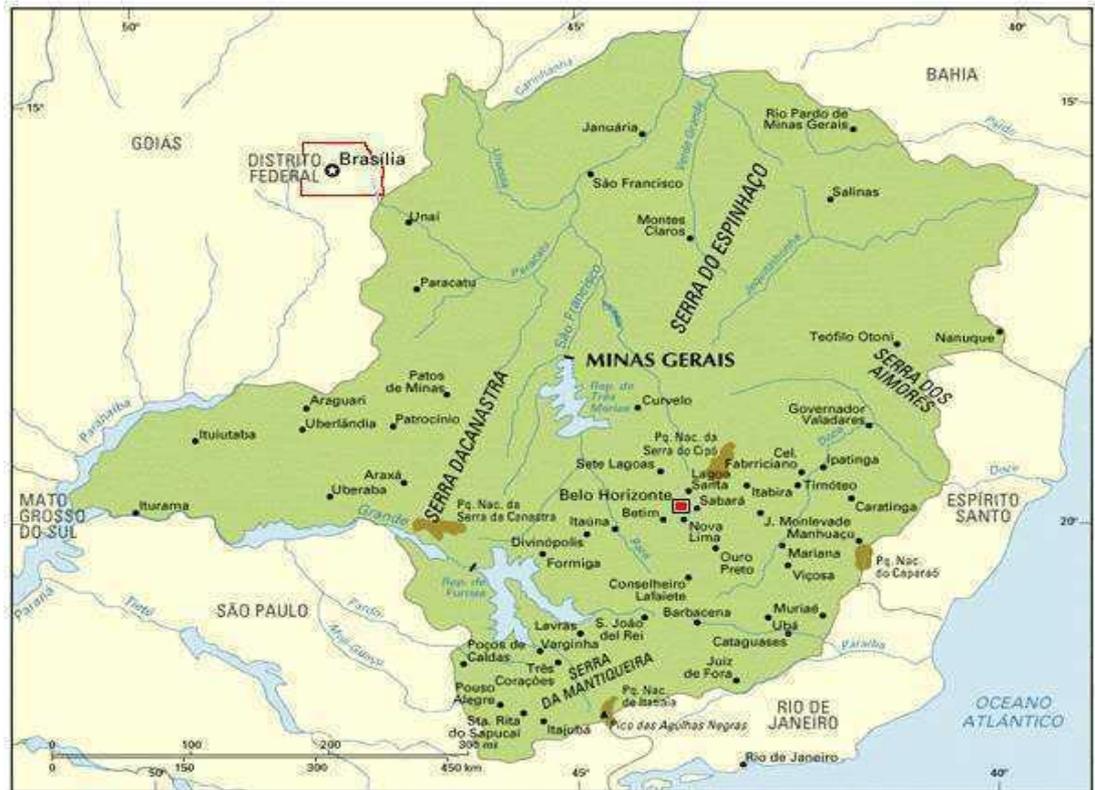
Se o governo federal do Brasil quer contribuir significativamente para a luta contra o crime, a sua atenção deve dirigir-se para a violência fardada que reproduz a violência particular.

Depois da estadia no Rio segui de camioneta, da Cidade Maravilhosa para o interior profundo, Minas Gerais.

No caminho assisti assombrado a mais uma violação básica dos direitos humanos que me havia de marcar profundamente. Jamais esquecerei o que vira.

A PM (Polícia Militar) tratava os negros que viajavam no mesmo autocarro, à coronhada, exigindo documentação, indagando do motivo da viagem, dados sobre o local onde se dirigiam e porquê. Estive prestes a intervir, mas aconselharam-me a não o fazer. O visto de turista no passaporte australiano não serviria de nada às mãos dos capangas da PM. Fiquei chocado e jamais esquecerei os olhares dos militares e dos negros (obviamente pobres) que viajavam no mesmo autocarro. Parecia um cenário de guerra, revoltante, humilhante, degradante.

A paisagem também tivera momentos assustadores na rodovia BR-040 entre o Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Belo Horizonte, que segue a velha Estrada Real construída por escravos, por isso é também designada como a estrada dos escravos. Passa por montanhas pedregosas e altas como a Serra do Mar, 1 000 m de altura, a pique sobre pequenas aldeias, em baixo, e sem barreiras de proteção. Mas o que mais me abismou foram, sem dúvida, as três ou quatro intervenções da PM, numa viagem de menos de 400 km. Embora a ditadura brasileira (1964-1985) tivesse acabado há quase dez anos os vestígios da prepotência e impunidade militares que caracterizaram os esquadrões da morte ainda prevaleciam. No Rio, para além da riqueza e abundância duma minoria, viam-se pessoas a dormir na rua. As favelas estavam em estado-de-sítio. País de contrastes construído com a força bruta do trabalho escravo.



90.2.1. ESTRADA REAL - O CAMINHO DAS RIQUEZAS

A este propósito, recordem-se as descrições de “A Estrada Real, Minas Gerais” por Bill Hinchberger e Rose Brasil:

Mais de 1.400 quilómetros de estradas de terra e pedra ligavam as minas de ouro e de diamantes ao litoral e aos seus portos. Dali, partia para financiar, no outro lado do atlântico, as guerras das nações europeias e a industrialização do velho continente. Estrada Real se chama desde os tempos da conquista do interior brasileiro, do achamento de ouro e diamantes e o começo da época das minas gerais. Os brancos conquistadores usavam, na realidade, trilhos indígenas para marchar terra adentro. Boa parte do caminho foi, durante o século XVIII, assentado de pedras por escravos africanos. Composta de um caminho velho e um novo que se unem em Ouro Preto, antiga capital do estado, para seguir, para o norte, até Diamantina, no caminho dos diamantes.

90.2.2. O CAMINHO VELHO

Até ao final do século XVII, o caminho para Minas levava dois meses para chegar a Minas. Em 1699, Garcia Rodrigues Pais abriu um caminho através da cidade litoral de Paraty e a região das Minas. Esse percurso durava duas semanas.

90.2.3. PARATY

O caminho velho começa em Paraty, ainda hoje um lugar tranquilo e aconchegante. Uma baía aos pés das montanhas verdes da Serra do Mar. A baía forma um porto natural excelente, ideal para desembarcar tudo o que se precisava na colônia portuguesa e embarcar todas as riquezas encontradas nas minas. Dos primórdios do século XVI até ao século XVIII, Paraty era o ponto de partida para entrar na região do sertão, depois chamado Minas Gerais. O primeiro obstáculo natural é a Serra do Mar, muralha natural até 1000 metros, feita de densa vegetação. Depois de subir, os viajantes continuaram pelo sertão paulista em direção à Serra da Mantiqueira, onde as cidades S. João de Rei e Tiradentes atraem muitos turistas. Das várias expedições que percorriam a Serra da

Mantiqueira e os vales dos rios das Mortes e da Velha ignora-se qual foi a primeira a achar ouro. Talvez a de Borba Gato, em 1693. Nos anos 1698 e 1699 uma grande quantidade de ouro foi encontrada. Entre 1700 e 1799, 840 toneladas de metal foram extraídas das terras mineiras. Entre 1700 e 1720, mais de 150 mil pessoas entraram em Minas Gerais, mais de 100 mil escravos africanos. Para todo Brasil, em 1700, estima-se uma população de 350.000 pessoas. Como grande parte da população deixou as fazendas e cidades na procura de ouro, não restava mão-de-obra suficiente para abastecer a população, resultando em longos períodos de fome, brigas violentas e pequenas guerras sangrentas pela sobrevivência entre os diversos grupos de aventureiros.

90.2.4. OURO PRETO

"Ouro Preto é uma cidade que não mudou, e nisso reside o seu incomparável encanto." Hipérbole. Que seja permitido a Manuel Bandeira o pequeno exagero: escreveu-o em 1938 num guia sobre a cidade. Quarenta anos antes, deixara de ser capital de Minas Gerais, depois do ouro se esgotar. Hoje, a cidade recuperou um pouco da sua proeminência como um centro do renascimento dos 1,4 mil quilômetros da Estrada Real do século XVII. Por ela seguiam o ouro e os diamantes de Minas Gerais para os portos e para Portugal. Hoje são turistas estrangeiros, que a percorrem. "Vocês nos tiraram o ouro, agora tragam-nos euros", brinca Eberhard Hans Aichinger, diretor do Instituto Estrada Real, entidade sem fins lucrativos de desenvolvimento turístico.

90.2.5. A ROTA 66 BRASILEIRA

Comparada ao Caminho de Santiago, a Estrada Real podia ser a versão em estado bruto da famosa Rota 66 americana. Ana Celeste da Costa reconheceu o paralelo intuitivamente. A operadora de viagens, Melbourne, de S. Paulo, manda motociclistas brasileiros fanáticos percorrer o famoso trajeto entre Chicago e Los Angeles. Agora traz americanos e europeus para a Estrada Real. A religiosidade é parte da equação; Deus sabe por quantas igrejas com altares cobertos de ouro passa. A História do Brasil não poderia ser contada sem ela - nem a política, nem a econômica, nem a cultural, nem, a dos despossuídos, escravos, mulheres, garimpeiros ou contrabandistas. Em 1720, quando a Coroa tratou de recolher os 20% do ouro determinados pela legislação colonial, eclodiu em Ouro Preto a chamada Revolta de Vila Rica, com o esquartejamento de um de seus líderes, Felipe dos Santos. Hoje quem vai ao Parque Estadual do Itacolomi, pode visitar a Casa Bandeirista, onde os impostos eram recolhidos na Estrada Real. Construída em 1708, recém-restaurada, é considerada o primeiro prédio público do estado. O parque, abriu suas portas como parte de uma iniciativa do governo mineiro de tentar conciliar conservação e recreação.

90.2.6. PROFETAS INCONFIDENTES

Assim como a Rota 66, em muitos lugares a Estrada Real existe mais em espírito do que como uma estrada ou trilha de verdade. Trechos inteiros sucumbiram ao desenvolvimento urbano, às estradas ou simplesmente ao abandono. Mato e pastagens com frequência cobrem o velho caminho. Também como a Rota 66, a Estrada Real era, na realidade, mais de uma: pouco antes da metade do caminho a partir do seu ponto inicial, Diamantina, bifurca - a rota original seguia até Paraty, e outra, construída no início do século XVIII, ia para o Rio. No trajeto podem visitar as famosas esculturas do Aleijadinho em pedra-sabão dos profetas do Velho Testamento de Congonhas do Campo, terminadas em 1803. Muita gente as vê como figuras religiosas. Mas alguns especialistas acreditam que também carregam uma mensagem política. Simpatizante da Inconfidência Mineira, o Aleijadinho incluiu em cada estátua um símbolo em homenagem aos rebeldes mortos ou desterrados. Para alguns acadêmicos, o profeta Daniel, por exemplo, tem na cabeça uma improvável coroa de louros e representa o poeta inconfidente Tomás Antônio Gonzaga.

90.2.7. S. JOÃO DEL-REI E TIRADENTES

Ambas têm um legado histórico imenso. Com o trem que liga as duas cidades por 12 quilômetros, a região se transformou num acervo vivo da história ferroviária. No final do

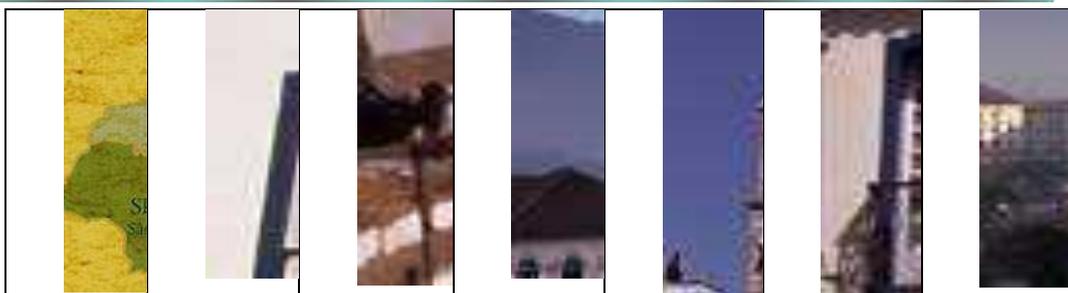
século XVII, o paulista Tomé Portes D'el Rey chegou à região e fundou S. João del-Rei, que recebeu o título de vila em 1713. Na fazenda de Pombal, nasceu em 1746 Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, um dos heróis nacionais do Brasil. A vila, ao redor, recebeu no começo da República, em 1889, o nome de Tiradentes. Até hoje, inúmeros prédios em S. João testemunham a mais rica fase do barroco mineiro, como a Igreja de S. Francisco de Assis, de 1774, obra do mestre português Francisco de Lima Cerqueira e do gênio Antônio Francisco Lisboa - o Aleijadinho. Na maestria de esculpir, o artesão deixou testemunhos do seu gênio em muitos lugares ao longo da Estrada Real.

90.2.8. CONGONHAS DO CAMPO

Fundada em 1734, a cidade ficou famosa com os 12 apóstolos em pedra-sabão que o Aleijadinho produziu para decorar a igreja de Bom Jesus de Matosinhos. A igreja, construída em 1757, ganhou as figuras entre 1800 e 1805, poucos anos antes da morte de Aleijadinho. O magnífico conjunto dos profetas é distribuído no adro do santuário, enquanto, na basílica, há pinturas de Mestre Athayde. Além dos 12 profetas, o Aleijadinho esculpiu 66 figuras, entre 1796 e 1799, que compõem os Passos da Paixão de Cristo. Em 1983, Congonhas foi declarada Monumento Cultural da Humanidade pela UNESCO.

90.2.9. O CAMINHO NOVO

Em 1710, o caminho novo foi aberto. No começo da viagem, a baía da Guanabara era atravessada de barco até chegar em Magé, de onde começa a subida da Serra do Mar, passando por Petrópolis, até chegar a Paraíba do Sul. De lá, a viagem seguia pelo sertão mineiro até encontrar o caminho velho em Ouro Preto e Mariana, cidade vizinha.



90.2.10. OURO PRETO E MARIANA

Perto do Rio Tripuí foram encontradas as maiores quantidades de ouro. Lá se construiu, no século XVIII, a cidade mais rica e mais populosa do hemisfério sul. Foi nesse lugar que fracassou o primeiro movimento brasileiro para se livrar da Coroa portuguesa e dos tributos e impostos reais, a Inconfidência Mineira. Inspirados pela revolução francesa e norte-americana, os cidadãos mais ricos da região levantaram a bandeira da independência, mas o levantamento fracassou e resultou na morte de Tiradentes em 21 de abril de 1792, esquartejado no Rio de Janeiro. Hoje, a cidade, com sua arte barroca de Aleijadinho e do pintor Mestre Athayde, é Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO. O ouro tinha uma crosta negra de óxido de ferro, dando origem ao nome de Ouro Preto. Com a chegada do bandeirante Antônio Dias, em 24 de junho de 1698, a maior corrida do ouro em toda a América Latina começou transformando a vila num conjunto único de arte barroca. Em 1823, Ouro Preto passou a capital do estado de Minas Gerais.



MARIANA

OURO PRETO

OURO PRETO

90.2.11. O CAMINHO DOS DIAMANTES

Em 1727 espalhava-se a notícia que na região do Alto do Vale do Rio Jequitinhonha, num lugar conhecido como Arraial do Tijuco no Serro Frio, foram achados diamantes tão maravilhosos que o rei de Portugal, D. João V, mandou as primeiras amostras logo para o Santo Papa em Roma. Até então, pedras tão preciosas só foram encontradas nas Índias e no Extremo Oriente. A Coroa declarou a exploração e extração de diamantes, total monopólio real. Só entre 1740 e 1770 foram extraídos 1.666.569 quilates, tanto que o preço do diamante no mercado mundial caiu 75%. Até 1810, cerca de 3 milhões de quilates foram extraídos da terra. O Arraial do Tijuca chama-se hoje Diamantina e é considerado pela UNESCO como património Cultural da Humanidade. Em Diamantina termina a Estrada Real, que é hoje um dos projetos turísticos mais evoluídos do Brasil. Com maciço apoio da empresa FIAT, cuja sede é perto da capital Belo Horizonte, o governo mineiro investe no projeto Estrada Real para tornar a antiga rota de aventureiros numa atração turística. Pela beleza natural e com sua herança colonial tão única, a Estrada Real tem tudo para dar certo e se transformar, 200 anos depois do término da época de ouro e de diamantes, mais uma vez num caminho de riquezas.

Em Belo Horizonte saí bastante, convivendo com alguma elite intelectual, provando a caipirinha e a cachaça, além de comida mineira cujo nome exigia sempre glossário. Enquanto a colega brasileira trabalhava, ficava em casa a ler. Tratei de ir aos departamentos oficiais saber o que era preciso para residir no Brasil. Rapidamente me apercebi do que eles chamam "o jeito português". Isto é, ficava com vistos de três meses, depois ia a Iguaçu ver as cataratas, atravessava a fronteira (Paraguai) e voltava. Assim terminei a saga brasileira, sem glória nem amores novos. Que tinha para mostrar? Passei pelo Rio. Vi os seus morros. O alto da Tijuca, essa imensa reserva natural em plena cidade, a célebre Ópera, imitação da de Paris. Vi a Lagoa Rodrigo de Freitas, Leblon, Copacabana e Ipanema. Estive no Botafogo. Passei ao lado do célebre estádio do Maracanã. Um colosso a necessitar de obras de renovação, mas cujo nome ainda hoje impressiona. Em Minas Gerais (um estado maior que a França), conheci Juiz de Fora e Belo Horizonte, e visitei calmamente Ouro Preto e Mariana, cidades réplicas das portuguesas. Igrejas iguais às da Guarda ou Viseu. Casas pintadas como imagino que sejam nos Açores que nunca visitei. Foi um fim de semana inesquecível em Mariana, que tal como em Ouro Preto me deixara atónito.

90.2.12. O MAIOR E MAIS HOMOGÊNIO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO COLONIAL PORTUGUÊS NO MUNDO...

Ouro Preto foi a primeira cidade brasileira a ser declarada pela UNESCO património cultural da humanidade. Mariana foi a primeira vila elevada a cidade em Minas Gerais. Fundada em 1696, por bandeirantes paulistas, foi o centro do poder eclesiástico em Minas Gerais. Foi também a primeira capital da província. A economia da cidade baseia-se na indústria (metalurgia, siderurgia), na mineração e no turismo. Visitas obrigatórias: Igreja de Santa Efigénia, Museu Aleijadinho, Matriz do Pilar, Casa da Ópera, Casa dos Contos, Igreja de S. Francisco de Assis, Museus da Inconfidência, Oratório e Mineralogia.

Numa das suas igrejas ouvi um excelso concerto de órgão setecentista.

Arp Schnitger (1648-1719), um reconhecido construtor de órgãos de Hamburgo, recebeu uma encomenda em 1701 para construir dois órgãos, os quais acabaram por ir para Portugal. O outro foi para o Brasil a fim de embelezar a primeira diocese do Brasil estabelecida na província de Minas do Ouro. Tratava-se do primeiro ato de reconhecimento pela Corte e pela Igreja em Portugal da importância do Brasil. O órgão de Mariana tem 964 tubos, ativados pelo teclado. Os adornos são de origem portuguesa e representam motivos chineses influenciados pela cultura de Macau. Quando o órgão foi restaurado em 1977 constatou-se, em Hamburgo, que havia uma estrutura para dois pedais que nunca foram instalados porque os portugueses naquela época não os usavam. Foram acrescentados, 276 anos após a construção original. Schnitger, que estava para os órgãos como Stradivarius para os violinos, construiu e restaurou 169 dos quais existem 60. O de Mariana mantém 65% peças originais. Foi instalado em 1753 na Catedral e restaurado em 1984, após 509 anos de silêncio. Um outro órgão possivelmente construído por Schnitger, em Moreira da Maia perto do Porto, sugere que este e outro similar em Mariana correspondem aos dois órgãos originalmente construídos em 1701.

90.3. O REGRESSO A 29 dezembro 1994.

Regressei a Portugal depois dum natal mineiro típico (muito feijão) em Belo Horizonte. Inicialmente não pensei ficar, mas a hipótese de conhecer outro tipo de natal entusiasma-me-o. A maior parte dos meus natais foi tropical ou subtropical. Todos no hemisfério sul, em praias ou dentro de água. A ideia de natais frios e enregelados não era particularmente atraente. Já constatara que caso regressasse ao Brasil teria de me debater com inúmeros problemas. Mesmo assim, gostava de ir outra vez ao Brasil. Deixei lá roupa, como costume fazer sempre que quero deixar bem expressa a indicação de que voltarei. Deixei o livro de culto, uma autobiografia de Woody Allen. Deixei o país bonitinho, tropical, abençoado por deus e pela natureza...



TODOS OS DIAS DEVÍAMOS OUVIR UM POUCO DE MÚSICA,
LER UMA BOA POESIA,
VER UM QUADRO BONITO E, SE POSSÍVEL,
DIZER ALGUMAS PALAVRAS SENSATAS.
GOETHE